118

Contra a impunidade

■ Comissão vai ser recebida no Alvorada

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco convidou para um encontro, na próxima semana, no Palácio da Alvorada, a Comissão de Alto Nível Contra a Impunidade, integrada pelos presidentes do Legislativo, do Judiciário, pelo procurador-geral da República, pelo ministro da Justiça e pelo presidente do Tribunal de Contas da União. A Comissão realizou, ontem, no Supremo Tribunal Federal, sua sexta reunião, e o ministro Maurício Corrêa e o líder do governo no Senado, Pedro Simon, transmitiram o convite de Itamar, além da disposição do presidente de ajudar a concretizar os projetos em debate na comissão.

Itamar convidou Comissão

Entre os assuntos tratados na reunião de ontem, estavam a questão da revisão das imunidades parlamentares, a aplicação exemplar da lei punindo o enriquecimento ilícito, a criação da secretaria de Controle Interno do Executivo, o reforço das Lei das Inelegibilidades, a aprovação urgente do projeto de lei regulamentando a escuta telefônica e a maior autonomia do Tribunal de Contas da União.

Ao término da reunião de ontem, que durou mais de duas horas, o presidente do STF, Luiz Octávio Gallotti, falando em nome dos demais participantes, informou que os presidentes da Câmara e do Senado, Inocêncio de Oliveira e Humberto Lucena, destacaram que a CPI do Orçamento deve ser estimulada, mas não pode paralisar a atividade legislativa e revisional do Congresso. Explicou o ministro Gallotti que a chamada Comissão de Alto Nível contra a Impunidade não é deliberativa, mas apenas informativa, embora dessas reuniões já tenha saído a recente lei das licitações públicas.

A questão das imunidades parlamentares, matéria constitucional, chegou a ser discutida na reunião de ontem, em função dos trabalhos da CPI do Orçamento. Os presidentes da Câmara e do Senado disseram que há um consenso cada vez maior no Congresso, no sentido de que as imunidades constitucionais só podem existir com relação às prerrogativas parlamentares, e não com relação aos privilégios individuais. O presidente do TCU, Carlos Átila, na sua intervenção, pediu uma autocrítica de todas as instituições e defendeu, francamente, a revisão das imunidades de que gozam os parlamentares. Maurício Corrêa defendeu a reforma da Lei das Inelegibilidades.